



**CIDSE**  
Documento de  
reflexão

## A “agricultura inteligente face ao clima”: um caminho ou uma oportunidade perdida?

} O conceito de “agricultura inteligente face ao clima” promovido por uma Aliança Global é demasiado amplo

} A Aliança não questiona as causas estruturais das alterações climáticas e da fome

} A Aliança carece de transparência e de salvaguardas sociais e ambientais

**outubro de 2014**



A “agricultura inteligente face ao clima”: um caminho ou uma oportunidade perdida?

## Neste documento

Sumário executivo	3
O conceito de “agricultura inteligente face ao clima”: um confronto com a realidade	6
O direito à alimentação e a modelos sustentáveis de produção: extrair todo o potencial da agroecologia	6
A mitigação das alterações climáticas: revelar as causas das emissões de gases com efeito de estufa	7
Reforçar a resiliência: ver mais além da adaptação e redesenhar o nosso sistema alimentar	10
A Aliança Mundial para uma Agricultura Inteligente Face ao Clima não está à altura do desafio	12
Pondo de lado as garantias, compromete-se uma abordagem focada nos direitos	12
Problemas de governança da Aliança: as lutas de poder deixam a transparência, a coesão e a legitimidade em segundo plano	13
Financiamento e investimento demasiado escassos	15
Conclusão	18
Referências	19

Este documento é uma iniciativa conjunta dos Grupos de Trabalho da CIDSE “Alterações Climáticas” e “Alimentação”. Foi escrito por François Delvaux e Meera Ghani, juntamente com Giulia Bondi e Kate Durbin.

No documento, defende-se que o atual conceito de “agricultura inteligente face ao clima”, tal como tem sido promovido pela Aliança Global para uma Agricultura Inteligente Face ao Clima e por outros atores da comunidade internacional, representa um risco real. Também se sublinham preocupações e falhas identificadas na Aliança Global para uma Agricultura Inteligente Face ao Clima. Por fim, sugerem-se elementos e princípios alternativos, que deveriam estar no centro da iniciativas que procurem realmente enfrentar a crise alimentar e as alterações climáticas.

Pessoas de contacto:

François Delvaux (política alimentar), [delvaux@cidse.org](mailto:delvaux@cidse.org); +32 (0)2 233 37 54

Meera Ghani (política climática), [ghani@cidse.org](mailto:ghani@cidse.org); +32 (0)2 233 37 56

Publicado em outubro de 2014 pela CIDSE, Rue Stévin 16, 1000, Bruxelas, Bélgica

Imagem da capa: © Trish Anderton

This paper is also available in English / Ce document est également disponible en français / Este documento está disponible en castellano: [www.cidse.org/resources](http://www.cidse.org/resources)

# Sumário executivo

Atualmente, enfrentamos desafios alimentares e climáticos inter-relacionados numa escala sem precedentes. Por um lado, vivemos num mundo em que cerca de 805 milhões de pessoas sofrem de fome crónica<sup>1</sup>, e esta situação promete piorar devido às alterações climáticas, que constituem uma terrível ameaça à segurança alimentar. O Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas (IPCC, na sigla em inglês) prevê que em 2050 a insegurança alimentar tenha aumentado entre 15 e 40 por cento<sup>2</sup>. A agricultura e os sistemas alimentares desempenham um papel único e complexo dentro deste contexto. Em primeiro lugar, como fonte de segurança alimentar e nutricional, são um salva-vidas para milhões de pessoas. No entanto, apesar do aumento da produção nas últimas décadas, milhões de pessoas continuam sem acesso a uma alimentação adequada. Em segundo lugar, contribuem grandemente para as causas das alterações climáticas, sendo, portanto, parte integral do problema que provoca a insegurança alimentar. Em terceiro lugar, a agricultura é um setor imensamente vulnerável aos impactos das alterações climáticas e, neste contexto, é crucial que os pequenos produtores possam introduzir práticas agrícolas que lhes garantam uma maior resiliência face a essas alterações. Para que se alcance a segurança alimentar para todos, é então imperativo reformar os sistemas agrícola e alimentar mundial, para que eles:

- }] Sejam mais resilientes aos impactos das alterações climáticas (a chamada “adaptação”) e a outros choques e crises (como a volatilidade do preço dos alimentos, a crise económica atual e o esgotamento dos recursos naturais);
- }] Contribuam menos para as alterações climáticas a nível global (a chamada “mitigação”);
- }] Garantam o direito à alimentação das pessoas, através de níveis adequados de produção, da distribuição e do acesso equitativo.

Este papel singular da agricultura representa todo um conjunto de desafios de natureza técnica, ambiental, social e económica, e todas as partes interessadas - os decisores políticos, os académicos, a sociedade civil e os cientistas, entre outros - lutam para garantir a segurança alimentar num mundo condicionado pelas alterações climáticas. Nos últimos anos, produziu-se um número cada vez maior de estudos e debates acerca deste tema.

Neste contexto, o conceito de “agricultura inteligente face ao clima” - um termo usado pela primeira vez em 2009, sendo depois desenvolvido, em 2010, pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) - surgiu como um “novo quadro conceitual que aborda simultaneamente”<sup>3</sup> os desafios inter-relacionados da segurança alimentar e da alterações climáticas.

Segundo a definição da FAO, a “agricultura inteligente face ao clima” aumenta de uma forma sustentável a produtividade, a resiliência (adaptação), reduz/elimina os gases com efeito de estufa (mitigação) e permite ao mesmo tempo alcançar mais facilmente os objetivos de desenvolvimento e de segurança alimentar a nível nacional. Contudo, a CIDSE identifica algumas lacunas importantes no conteúdo do conceito, em particular as seguintes:

- }] A falta de critérios para distinguir entre os modelos que são sustentáveis e o que não o são, e o grau de importância atribuído à produtividade, em detrimento do contexto mais amplo e do conjunto de desafios em causa;
- }] A ausência do conceito de direito à alimentação;
- }] A definição algo limitada de resiliência, que não questiona as estruturas que provocaram a vulnerabilidade da população, e
- }] Um enfoque desajustado na mitigação das alterações climáticas, centrando-se nos pequenos produtores, e o não reconhecimento da contribuição de modelos específicos e a responsabilidades históricas dos países desenvolvidos em relação às emissões de gás com efeito de estufa (GEE) que resultam desse modelos.

A CIDSE considera que, enquanto a falta de clareza sobre o conceito prevalecer, o termo “inteligente face ao clima” continuará a ser enganoso, dando margem de manobra para práticas prejudiciais a nível social e ambiental.

A Aliança Global para uma Agricultura Inteligente Face ao Clima (doravante “a Aliança”) surge como iniciativa voluntária, desenvolvida de forma independente e à margem das instituições e dos acordos mundiais já existentes que governam a resposta global à insegurança alimentar e às alterações climáticas.



Desde a sua origem, a relevância, legitimidade e qualquer potencial impacto da iniciativa viram-se minados pela sua própria natureza. Organismos como o Comité Mundial de Segurança Alimentar (CMSA) e a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (CQNUAC), entre outros, são os locais apropriados e legítimos para responder aos desafios da insegurança alimentar e das alterações climáticas, bem como para chamar à ação política para manter a subida da temperatura global abaixo dos 2 graus Celsius. A Aliança estabeleceu um roteiro no decurso da Conferência Global sobre Agricultura, Segurança Alimentar e Nutricional e Alterações Climáticas<sup>4</sup> (organizado em 2013 na África do Sul), que incluía o lançamento da Aliança durante a Conferência sobre o Clima organizada pelo Secretário-Geral da ONU Ban Ki-moon, em setembro de 2014.

Embora os esforços da Aliança possam ser vistos por alguns como a primeira tentativa da comunidade internacional para abordar de forma sistémica os problemas em questão, reunindo num mesmo fórum as questões políticas relativas à agricultura, à segurança alimentar, às alterações climáticas e ao desenvolvimento sustentável, a CIDSE considera que o conceito de “agricultura inteligente face ao clima” promovido pela Aliança é uma oportunidade perdida, pelos seguintes motivos:

- ] A Aliança não questiona as causas estruturais dos problemas que tenta resolver;
- ] O conceito de “agricultura inteligente face ao clima” é tão amplo que “praticamente inclui qualquer prática agrícola”<sup>5</sup>, incluindo algumas que potencialmente não sejam sustentáveis e que possam comprometer a futura resiliência da comunidade;
- ] A Aliança pode gerar confusão e fragmentar ainda mais as políticas de segurança alimentar e arrisca-se a enfraquecer os espaços de governança reconhecidos;
- ] A Aliança carece de transparência de estruturas de governança e de garantias sociais e ambientais.

Por tudo isto, a Aliança corre o risco de desviar a atenção das mudanças reais necessárias, levando a um enfoque desajustado sobre a criação de um ambiente propício aos investimentos internacionais, o desenvolvimento dos mercados e o aumento da mercantilização da natureza e da agricultura, além de promover ajustes tecnológicos e de aumentar a especialização regional e o comércio internacional. Estas abordagens não

acrescentam nada de novo ao debate público sobre a alimentação e a agricultura; também não estão à altura dos elevados padrões definidos pela Aliança no seu Documento-Quadro da Aliança Global para uma Agricultura Inteligente Face ao Clima (doravante referida como “Documento-Quadro”). A indefinição atual do conceito e a muitas questões ainda em aberto sobre a governação e a visão da Aliança dão espaço à justificação - através de um simples e superficial rótulo de “inteligente face ao clima” - de uma infinidade de projetos, alianças e iniciativas a que faltam mecanismos adequados de prestação de contas e monitorização que garantam a legitimidade, a coerência e a transparência das abordagens propostas.

A CIDSE considera que o conceito atual de “agricultura inteligente face ao clima” promovido pela Aliança tem graves falhas e ameaça abrir uma autêntica caixa de Pandora de riscos sociais e ambientais, com consequências nefastas. A CIDSE apela aos decisores políticos que apoiem uma transição real para a agroecologia - a única abordagem, ciência e conjunto de práticas que realmente incide sobre os três pilares em que se deve centrar uma “agricultura inteligente face ao clima” - e que promovam em todo o mundo sistemas alimentares mais sustentáveis a nível social e ambiental, através de:

- ] Implementação de uma abordagem baseada nos direitos;
- ] Desenvolvimento da democracia alimentar;
- ] Reforço dos sistemas alimentares locais e regionais;
- ] Ajuda aos cidadãos na melhoria dos seus hábitos alimentares, em parte através do consumo de produtos locais e da época;
- ] Reforço dos sistemas de produção de pequena escala para apoiar o desenvolvimento económico local;
- ] Aumento da agroecologia.

Como este documento pretende mostrar, existem muitas políticas, enquadramentos, orientações, modelos e alternativas que são boas para superar a fome decorrente das alterações climáticas, que já existem e que poderiam ajudar a desenhar o nosso sistema alimentar, tanto no Norte como no Sul. No entanto, carecem de implementação, e é aqui que devemos agir. A CIDSE convida os decisores políticos e outras partes interessadas comprometidas com a luta contra a fome a desenvolver as abordagens mencionadas, a fim de superar os desafios colocados pela alterações climáticas e garantir o direito humano de cada pessoa a alimentar-se com dignidade.

Na primeira parte deste documento, discute-se a definição de “agricultura inteligente face ao clima” e descreve-se o entendimento da CIDSE sobre as diferentes dimensões dos desafios que se colocam ao sistema alimentar num mundo condicionado pelas alterações climáticas, nomeadamente acerca da produtividade, da mitigação e da resiliência. Abordar estas dimensões permitir-nos-á apresentar a visão global da CIDSE sobre a segurança alimentar e nutricional, que engloba os três pilares em que se deveria basear uma “agricultura inteligente face ao clima”. Contrariamente a esta visão, a CIDSE considera que o conceito atual de “agricultura inteligente face ao clima”, tal como tem sido provido pela Aliança, por outros membros da comunidade internacional e pelo setor privado, corre sérios riscos de não conseguir estar à altura da concretização da sua própria visão.

A segunda parte deste documento foca-se especificamente na Aliança Global para uma Agricultura Inteligente Face ao Clima, com o intuito de destacar as preocupações e falhas identificadas pela CIDSE em matéria de garantias, governança e investimentos. Partindo desta análise, o documento pretende oferecer elementos e princípios alternativos que a CIDSE considera que devem estar no centro das iniciativas verdadeiramente destinadas a combater as crises climática e alimentar.





# O conceito de “agricultura inteligente face ao clima”: um confronto com a realidade

## O direito à alimentação e a modelos sustentáveis de produção: extrair todo o potencial da agroecologia

No passado, as iniciativas e políticas da Revolução Verde - baseadas na “suposição de que sempre haveria água abundante e energia barata para alimentar a agricultura moderna, e que o clima seria estável e não mudaria”<sup>6</sup> - centraram-se unicamente no aumento da produção. Mesmo tendo melhorado o rendimento das culturas, esta abordagem “provou não ser sustentável, uma vez que prejudicou o ambiente, causou uma enorme perda de biodiversidade e o conhecimento tradicional associado, favoreceu os agricultores mais ricos e deixou muitos agricultores pobres ainda mais endividados.”<sup>7</sup>

Hoje em dia, devido a um contexto em que as alterações climáticas têm ganho importância e a atenção internacional, está a surgir em diversos fóruns internacionais uma mudança para um enfoque na “produtividade”. Uma consequência positiva é que os discursos atuais incluem com frequência ideias e conceitos como “a melhoria da eficiência da produção”, com base nas abordagens que procuram reduzir a quantidade de insumos externos necessários para produzir colheitas de quantidade equivalente àquelas conseguidas com métodos tradicionais com altos insumos. O conceito de “agricultura inteligente face ao clima”, desenvolvido pela FAO, encaixa nesta tendência,<sup>8</sup> mas, infelizmente, esta alteração semântica nem sempre vem acompanhada de alterações nas práticas, uma vez que este discurso é também utilizado para promover modelos e práticas herdadas do passado, que colocam sérias ameaças à resiliência ecológica e económica a longo prazo.

## A agroecologia e a agricultura de pequena escala: o caminho para uma agricultura resiliente às alterações climáticas

A CIDSE acredita que a agroecologia é a única abordagem, ciência e conjunto de práticas realmente eficaz face às alterações climáticas. Como foi sublinhado por Olivier De Schutter, durante o seu mandato como Relator Especial da ONU sobre o Direito à Alimentação, a agroecologia pode produzir um impacto positivo em várias dimensões da segurança alimentar, como (i) a disponibilidade (ao aumentar a produção<sup>9</sup>; (ii) a acessibilidade (ao melhorar a fertilidade ao nível da exploração e reduzir a dependência dos agricultores de insumos externos)<sup>10</sup>; e (iii) a adequação (ao aumentar a diversidade dos agroecossistemas, com a consequente diversificação da alimentação e melhorias nutricionais), para mencionar alguns exemplos. Além disso, a agroecologia pode também aumentar a sustentabilidade e a resiliência dos sistemas alimentares. Este impacto é possível, cada vez mais, porque a agroecologia suprime a ligação entre a “produção de alimentos e a dependência da energia fóssil.”<sup>11</sup>

A combinação de agroecologia e de sistemas agrícolas de pequena escala é necessária, se se quiser que os aumentos de produção sejam acompanhados por aumentos na produtividade. Ao praticar a policultura e a diversificação agrícola, “as pequenas explorações são muito mais produtivas do que as grandes, se considerarmos o rendimento total e não apenas o que resulta de uma só cultura”.<sup>12</sup> Além disso, “há muito casos em que a produção de culturas individuais é ainda mais alta nos sistemas agroecológicos que já tenham passado por um processo completo de conversão.”<sup>13</sup>

## Porquê a agroecologia?

“As iniciativas agroecológicas pretendem transformar os sistemas de produção da agroindústria, em parte pela transição dos atuais sistemas alimentares, baseados no uso de combustíveis fósseis e dirigidos à produção de culturas de agroexportação e biocombustíveis, para um paradigma alternativo que promova a produção local/nacional de alimentos por pequenos agricultores e famílias, a partir da inovação local, no recursos locais e na energia solar. Isto implica o acesso dos camponeses à terra, às sementes, à água, ao crédito e aos mercados locais, através da criação de políticas económicas de apoio, iniciativas financeiras, oportunidades de mercado e tecnologias agroecológicas.”<sup>14</sup>

Face a esta realidade, a CIDSE acredita que a agroecologia e os produtores de alimentos de pequena escala podem desempenhar um papel essencial na tão necessária abordagem holística sobre as causas estruturais da fome e da pobreza, aumentando também a sustentabilidade e a resiliência dos sistemas alimentares. A CIDSE também considera que, ao deixarmos de pôr o ónus apenas na produtividade, passamos a ter à nossa disposição um conjunto sólido de alternativas para encarar as causas estruturais da pobreza e da fome num mundo condicionado pelas alterações climáticas (*para mais informação, veja a página 10*).

### **A ‘agricultura inteligente face ao clima’: não identifica nenhum modelo específico de agricultura**

Os defensores da “agricultura inteligente face ao clima” reconhecem os limites e as consequências negativas de uma abordagem que se centre apenas na produção, sem ter em conta a sustentabilidade ambiental a longo prazo. Isto explica que o primeiro pilar em que se baseia o conceito de “agricultura inteligente face ao clima” seja o aumento da produtividade e dos rendimentos agrícolas.<sup>15</sup> Este conceito é desenvolvido ainda mais no Documento-Quadro da Aliança, que promove “aumentos sustentáveis na produtividade dos sistemas alimentares, através de um uso sustentável dos recursos naturais, a adaptação dos meios de subsistência que estão ameaçados pelas alterações climáticas, e as práticas agrícolas que contribuem para reduzir as emissões e a deflorestação provocada pela agricultura.”<sup>16</sup>

Tal como está, a definição de “agricultura inteligente face ao clima” é válida para as práticas agroecológicas. No entanto, não exclui muitas outras práticas e tecnologias, como os cultivos tolerantes aos herbicidas, a intensificação sustentável, as sementes transgênicas<sup>17</sup> e a agricultura industrial de grande escala e com grande consumo energético, entre outras, que, segundo a CIDSE, fazem mais parte do problema do que da solução, uma vez que os ganhos de produtividade conseguidos através dessas práticas comprometeriam a resiliência económica e ecológica a longo prazo. Consequentemente, poderia considerar-se “inteligente face ao clima” qualquer prática ou tecnologia que se centrasse meramente no aumento das colheitas (minimizando assim as emissões de gases com efeito de estufa a partir da redução da deflorestação), e que também

afirmasse reduzir a quantidade total de insumos externos necessários para a produção (minimizando assim o impacto ambiental destas práticas).

Enquanto continuar a faltar uma definição clara do que é e não é a “agricultura inteligente face ao clima”, qualquer parte interessada pode rotular o seu modo preferido de agricultura como “inteligente face ao clima”, mesmo quando apenas se mencionam melhorias gerais na eficiência da produção convencional de alimentos. Isto não contribui para provocar a “mudança de paradigma” que tem sido pedida pela Avaliação Internacional do Conhecimento, da Ciência e da Tecnologia Agrícolas para o Desenvolvimento (IAASTD).<sup>18</sup> A CIDSE apela à identificação de modelos agrícolas que sejam verdadeiramente produtivos, sustentáveis e resilientes, e exige que se faça a distinção entre estes modelos e os que não são sustentáveis.

Outra grande falha do conceito reside em não questionar a maneira como os sistemas alimentares são desenhados, deixando de lado várias dimensões da cadeia alimentar, para além da produção (*para mais informação, veja as páginas 7, 10 e 13*). Embora as alterações climáticas estejam claramente a minar a capacidade de produção de alimentos, a CIDSE recorda aos decisores políticos que a segurança alimentar não pode ser alcançada com base apenas na “disponibilidade” dos alimentos, uma vez que a insegurança alimentar não se deve meramente a uma produção insuficiente, mas também a um acesso inadequado.

### **A mitigação das alterações climáticas: revelar as causas das emissões de gases com efeito de estufa**

A agricultura é um dos maiores contribuidores para as alterações climáticas. Segundo o quarto Relatório do Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas (IPCC), o setor agrícola, excluindo as emissões provenientes do consumo de combustíveis fósseis da maquinaria ou da produção de fertilizantes, é responsável por 13 por cento dos gases com efeito de estufa (GEE) antropogénicos<sup>19</sup>, e por cerca de um terço do total de emissões de GEE antropogénicos, se considerarmos as alterações no uso da terra (incluindo a deflorestação).<sup>20</sup> Portanto, é crucial que qualquer política destinada à redução das emissões de GEE tenha devidamente em conta a agricultura.



## A “agricultura inteligente face ao clima”: um caminho ou uma oportunidade perdida?

Embora a produção de alimentos seja amplamente culpada por originar a maior parte (80 a 86 por cento) das emissões de GEE relativas aos sistemas alimentares, vários autores sublinham que, nos “países desenvolvidos”, as “emissões que resultam das atividades que se realizam fora das explorações agrícolas representam aproximadamente metade das emissões da cadeia alimentar”.<sup>21</sup> O Grupo Consultivo para a Investigação Agrícola Internacional (CGIAR, na sigla em inglês) sublinha que “no futuro, os países de rendimento médio seguirão muito provavelmente esta tendência”.<sup>22</sup>

### A mitigação nas diferentes fases da cadeia alimentar

A CIDSE considera que as políticas de mitigação devem abordar tanto a produção como as atividades posteriores que são parte integrante do sistema alimentar. Além disso, é necessário reconhecer os limites e perigos dos sistemas agrícolas industriais: a este respeito, os Estados devem reconhecer que o desenho atual dos nossos sistemas alimentares está a exacerbar o problema climático e, por isso, são requeridas alterações radicais para fazer face aos efeitos das alterações climáticas. Os investimentos e os fundos da luta contra as alterações climáticas destinados à agricultura (*para mais informação, veja a página 15*) devem, portanto, pretender redesenhar os nossos sistemas alimentares para que estes sejam mais sustentáveis e resilientes (*para mais informação, veja a página 10*).

Em resposta a esta situação, a CIDSE desafia os decisores políticos a reconhecer que, em relação à produção, os métodos agroecológicos podem desempenhar um papel fundamental na recuperação ou desenvolvimento de solos saudáveis, um elemento essencial para uma alta produtividade. Os métodos agroecológicos reduzem os insumos externos (aumentando a resiliência), reduzem as emissões de GEE, “regeneram os solos e nalguns casos podem capturar mais carbono em biomassa microbiana e toleram melhor as populações de bactérias fixadoras de nitrogénio”.<sup>23</sup>

Embora a captura de carbono no solo possa resultar dessas práticas, esse não deveria ser considerado o objetivo principal das políticas de mitigação, mas antes “um resultado da boa gestão agrícola”<sup>24</sup> (por ex., através da regeneração dos solos e da redução da dependência face aos combustíveis fósseis através dos métodos agroecológicos). Nem deve ser considerado uma maneira de desenvolver

mais mecanismos para o mercado de carbono. Contudo, estes princípios respeitam apenas ao lado da produção dos sistemas alimentares. A combinação de métodos agroecológicos com “o fim da limpeza da terra e da desflorestação para fins agrícolas, a distribuição de alimentos principalmente através dos mercados locais, em vez de cadeias alimentares transnacionais, a descentralização da pecuária e a sua integração com a produção de cultivos”<sup>25</sup> poderia reduzir para metade a quantidade atual de emissões de GEE à escala global, o que demonstra a importância de uma abordagem integrada que cubra as diferentes dimensões do sistema alimentar. À luz destes argumentos, a CIDSE defende:

- } O apoio a processos de produção de alimentos e práticas de distribuição que utilizem mais eficazmente os recursos e com menor prejuízo para o ambiente, em termos de emissões de GEE;
- } A disseminação de abordagens agroecológicas através de uma investigação participativa e dos movimentos comunitários de base, como por exemplo as redes de agricultores;
- } O apoio às organizações e cooperativas de produtores e transformadores para facilitar a aplicação de melhores métodos posteriores à colheita, técnicas de conservação, sistemas de embalagem e distribuição para reduzir os resíduos e as perdas, e acrescentar valor a nível local (por ex., instalações para o tratamento e polos alimentares);
- } O investimento em estratégias de sensibilização que ajudem os cidadãos a melhorar as suas escolhas alimentares (por exemplo, consumir menos carne - onde se consuma em excesso - e mais produtos locais e de época) e a reduzir o desperdício alimentar, sobretudo nos países desenvolvidos.

### A “agricultura inteligente face ao clima” e a mitigação da produção agrícola

Segundo o Manual de Agricultura Inteligente Face ao Clima da FAO, a produção agrícola pode contribuir para mitigar as alterações climáticas de duas maneiras, que estão alinhadas com o objetivo essencial de melhorar a segurança alimentar.<sup>26</sup>

A primeira é “melhorar a eficiência separando o aumento da produção do aumento das emissões”<sup>27</sup>, o que equivale a aumentar a produtividade da agricultura para poupar a terra (com o objetivo de reduzir a desflorestação, minimizando a pressão da agricultura sobre o ambiente e permitindo



o armazenamento de carbono) e aumentar a eficiência no uso dos recursos naturais e insumos para reduzir as emissões de GEE por unidade de produção. Esta abordagem é aquilo a que geralmente se designa de “intensificação sustentável da agricultura”. Complementa “as abordagens convencionais herdadas do modelo da Revolução Verde através de uma abordagem mais sistémica da gestão sustentável dos recursos naturais, que inclui um uso mais seletivo dos insumos externos”<sup>28</sup>, que se podem combinar em função do contexto. Quando à “agricultura inteligente face ao clima”, o problema da intensificação sustentável é que ela não é específica e pode incluir muitas práticas e/ou tecnologias agrícolas diferentes. Se, por um lado, poderia englobar a agricultura neste conceito, poderia também incluir a agricultura convencional e todo um conjunto de “soluções falsas”, como o biochar<sup>29</sup>, a agricultura industrial de plantio direto<sup>30</sup> e tecnologias como os transgénicos, que não só colocam riscos para os consumidores, como também criam dependências de empresas e favorecem a agricultura de grande escala.

Segundo a FAO, a segunda maneira pela qual a produção agrícola pode contribuir para a mitigação das alterações climáticas é o aumento da captura de carbono no solo. Segundo o relatório de 2007 do IPCC, a captura de carbono representa 89 por cento do potencial estimado de mitigação técnica total (por ano)<sup>31</sup>, sobretudo nos países em desenvolvimento. Contudo, nestas previsões não se incluem muitas práticas com demonstrada capacidade para melhorar a qualidade do solo e aumentar as colheitas nos sistemas de agricultura orgânica de todo o mundo.

Não analisam a substituição de fertilizantes industriais, nem o impacto positivo que a restrição de rações concentradas para animais

poderia ter sobre a desflorestação, ou o potencial de se reduzir as perdas de alimentos. Também não abordam o lado da equação relativo ao consumo, incluindo a redução de desperdício alimentar ou os problemas com os hábitos alimentares.<sup>32</sup> No entanto, estes aspetos são essenciais, uma vez que as emissões subiram significativamente devido ao consumo de carne e ao uso de fertilizantes sintéticos nas últimas décadas.<sup>33</sup> Além disso, a CIDSE reparou que o enfoque na captura de carbono no solo está a ser usado para impulsionar a inclusão da agricultura nos mercados de carbono, como o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo e os futuros mecanismos do Novo Mercado.<sup>34</sup> Em última análise, a CIDSE qualifica essas propostas sobre o mercado de carbono como soluções falsas.<sup>35</sup> Não obstante a complexidade dessa captura e os limites e riscos que lhe estão relacionados - entre outros<sup>36</sup>, o aumento do valor das terras escassas, levando com frequência ao açambarcamento da terra e ao apoio a soluções tecnológicas desadequadas para os agricultores - a questão principal a ter em conta é “resolver o problema da dependência dos combustíveis fósseis e os hábitos de consumo apoiados”<sup>37</sup> (*para mais informação, veja a página 10*).

Embora a CIDSE reconheça a necessidade de melhorar a forma como os solos são geridos, acreditamos que utilizar as alterações climáticas para perpetuar discursos equivocados sobre a produção e os mecanismos dos mercados de carbono afasta as atenções daquele que deveria ser o objetivo principal de qualquer política de mitigação: uma mudança radical no modelo agrícola convencional para sistemas agroecológicos, bem como uma mudança radical na maneira como funciona o nosso sistema alimentar, de forma a garantir o direito à alimentação.

Uma vez que o impacto dos modelos de agricultura sobre o clima é diferenciado, a CIDSE acredita que também são necessárias responsabilidades diferenciadas, e que o peso da mitigação não deve ser posto apenas sobre os ombros dos países em desenvolvimento, nem sobre os pequenos produtores de alimentos. Para enfrentar as alterações climáticas de uma maneira justa e equitativa, deve identificar-se as principais fontes estruturais das emissões de GEE, e os Estados e governos devem desenvolver políticas que apoiem uma transição para sistemas alimentares com emissões de GEE drasticamente inferiores. Além disso, deve ser reconhecida a responsabilidade histórica da agricultura industrial e, portanto, a responsabilidade dos países desenvolvidos<sup>38</sup>, seja a respeito das emissões relacionadas com a produção, a transformação e a distribuição, seja no que se refere à desflorestação.<sup>39</sup> Não fazer uma escolha entre diferentes conjuntos de tecnologias, modelos e práticas equivale a desistir de combater verdadeiramente as causas estruturais das alterações climáticas.



## Reforçar a resiliência: ver mais além da adaptação e redesenhar o nosso sistema alimentar

### Resiliência: um conceito que engloba diversas escalas e questões

A ideia de aumentar a resiliência dos sistemas alimentares é entendida como a necessidade de reduzir a sua vulnerabilidade e aumentar a sua capacidade de adaptação quando surgem choques. De um modo geral, a resiliência refere-se à capacidade de lidar com e adaptar-se aos riscos, incertezas e vulnerabilidades. Como tal, a resiliência não tem só a ver com as alterações climáticas, mas também com a volatilidade dos preços, a globalização, o empobrecimento do solo ou a sua contaminação, as crises económicas, as crises energéticas e o esgotamento dos recursos naturais. A procura de uma maior resiliência do nosso sistema alimentar deve ser feita de um modo coerente e abrangente, de modo a assegurar que os remédios (políticas e práticas) propostos não aumentam a vulnerabilidade de outras dimensões do sistema alimentar. Além disso, as “estruturas de poder que colocaram as pessoas numa situação de vulnerabilidade”<sup>40</sup> também têm de ser postas em causa. Se não respondermos adequadamente a este desafio, corremos o risco de chegar ao extremo oposto do resultado desejado.

### A concentração e a dependência das importações aumentam a vulnerabilidade dos nossos sistemas alimentares

Para a CIDSE, o desenvolvimento de sistemas alimentares sustentáveis e resilientes deve avançar a par com a luta contra a concentração vertical (em que uma empresa realiza ou controla toda a cadeia de produção, ou a maior parte)<sup>41</sup> e a concentração horizontal.<sup>42</sup> Estes objetivos devem ser acompanhados pelo objetivo de minimizar a dependência das importações e exportações. Na verdade, “para muitos países no Sul global, o crescimento baseado na exportação não cumpriu o que prometia e implicou o gasto de importantes reservas de divisas na importação de alimentos vitais, em relação aos quais tinham sido autossuficientes no passado”.<sup>43</sup> Também conduziu ao aumento da vulnerabilidade destes Estados à volatilidade dos preços dos alimentos, às crises energéticas e às crises económicas. No seu relatório final como Relator Especial sobre o Direito à Alimentação, Olivier De Schutter identificou essa dependência como receita garantida para a instabilidade social e política.<sup>44</sup> Consequentemente, deve ser aumentada a “disponibilidade de alimentos para a distribuição e o consumo intraregional”.<sup>45</sup>

### Alimentos e energia: uma articulação fundamental para a resiliência e a sustentabilidade

Em muitas análises a ligação entre as alterações climáticas e a agricultura, tem um elemento fundamental que é com frequência deixado de lado: a dependência debilitante que o nosso sistema alimentar tem da energia barata. “Os combustíveis fósseis converteram-se em parte integrante dos sistemas agroalimentares, desde a produção dos insumos agrícolas até ao transporte de longa distância dos alimentos entre continentes, passando por quase todas as operações agrícolas”.<sup>46</sup> Alguns estudos sugerem que o modelo industrial de agricultura requer entre sete e dez calorias de energia para produzir uma caloria de alimento.<sup>47</sup> Sem surpresa, a curva do preço dos alimentos segue atualmente a do preço do petróleo, contribuindo o aumento global da volatilidade do preço dos alimentos sentida a nível mundial nos últimos anos. Esta dependência energética é uma das principais ameaças que o nosso sistema alimentar hoje enfrenta: em 2010, a Agência Internacional de Energia reconheceu que a produção de petróleo convencional tinha alcançado o seu máximo em 2006<sup>48</sup> e que tinha começado a diminuir em 2009.<sup>49</sup> Embora seja prematuro insinuar que a era do petróleo está a chegar ao fim, estes números indicam claramente que a era do petróleo barato está a chegar ao fim. Entre as alternativas existentes para o esgotamento do petróleo convencional, encontramos o gás de xisto, o petróleo de xisto, as areias betuminosas<sup>50</sup> e os biocombustíveis, entre outras opções. Da perspetiva das alterações climáticas, o impacto destas abordagens coloca um pesadelo ecológico, mas a segurança alimentar também está em risco. “O risco de uma nova escassez de recursos é real, porque se espera que a procura mundial de energia cresça 40 por cento até 2030”<sup>51</sup>, mas também porque “existem vários picos potenciais (...) para confrontar no imediato e no futuro cada vez mais distante” em termos de energia, mas também ao nível dos insumos agrícolas (como o fósforo)<sup>52</sup>.

### Em busca de alternativas para construir sistemas alimentares resilientes

A CIDSE acredita que, para alcançar a resiliência de uma forma coerente e eficaz, é necessária uma reformulação dos nossos sistemas alimentares que coloque a diversidade (em termos sociais, económicos e ecológicos) e a autossuficiência no centro de qualquer política e prática “inteligente face ao clima”. A realização de esforços para cumprir os critérios adequados reduziria significativamente os riscos e aumentaria a diversidade e a capacidade de adaptação às alterações climáticas. A CIDSE considera que é possível termos sistemas alimentares mais resilientes, se formos capazes de:

- }] Promover o acesso à energia através de energias descentralizadas e renováveis, bem como da agricultura urbana;
- }] Reforçar os sistemas alimentares<sup>53</sup> locais e regionais<sup>54</sup>, permitindo assim que os agricultores e as suas comunidades sejam menos vulneráveis aos problemas que acontecem noutras partes do mundo;
- }] Reforçar os mercados locais para que reduzam a perda e o desperdício de alimentos;
- }] Reforçar as economias e comunidades locais através de mercados de agricultores, conhecimentos indígenas e outros sistemas de intercâmbio local, e aumentar a produção tradicional de sementes e os canais de distribuição;
- }] Favorecer um ambiente político equitativo sobre a alimentação e as alterações climáticas, concretizando o direito à alimentação através de uma grande variedade de meios, como os regimes de segurança social, a limitação de concentração e o enfoque nos “segmentos mais vulneráveis da população, que são os mais afetados pela crise, ou aqueles que menos beneficiam dos seus remédios”;<sup>55</sup>

- }] Reforçar os sistemas de agricultura de pequena escala, que requerem muita mão-de-obra e são uma fonte constante de inovação, com o potencial de aumentar a produção e a produtividade face às alterações climáticas;
- }] Estabelecer circuitos de abastecimento de alimentos que sejam curtos e liguem mais facilmente as zonas rurais e urbanas;
- }] Reforçar o investimento público e privado e as políticas públicas que apoiem o investimento próprio dos agricultores (*para mais informação, veja a página 15*);
- }] Limitar a dependência de insumos externos e de importações/exportações.

### A “agricultura inteligente face ao clima” e a resiliência

O reforço da resiliência exige uma mudança de paradigma. Embora o conceito de “agricultura inteligente face ao clima” reconheça, em certa medida, a necessidade de uma maior diversidade nas explorações agrícolas, muitas vezes a resiliência fica limitada ao aumento da “eficiência” e da produtividade, ou a um apelo à expansão de sistemas alimentares industrializados nos países em desenvolvimento<sup>56</sup>, não tendo em conta a destruição dos recursos naturais, como o petróleo. A CIDSE receia que a necessária abordagem sistémica não esteja a ser devidamente considerada pelos defensores da “agricultura inteligente face ao clima”. Além disso, é motivo de preocupação para a CIDSE que aquilo que é rotulado como “agricultura inteligente face ao clima” esteja muitas vezes distante da realidade, em termos de potencial de resiliência, ameaçando ocasionar um impacto negativo tanto sobre o clima como sobre os nossos sistemas alimentares, se não forem tomadas as medidas adequadas.



# A Aliança Mundial para uma Agricultura Inteligente Face ao Clima não está à altura do desafio

## Pondo de lado as garantias, compromete-se uma abordagem focada nos direitos

À luz da mudança tão necessária para uma agricultura resiliente face às alterações climáticas, alcançável através dos princípios e abordagens alternativos apresentados na primeira parte deste documento, a preocupação da CIDSE é que o trabalho da Aliança Mundial para uma Agricultura Inteligente Face ao Clima fique muito aquém do que devia. Fundamentalmente, o conceito de “agricultura inteligente face ao clima” é tão amplo que abre espaço para qualquer coisa que tenha a ver com a agricultura e as alterações climáticas - incluindo o bom, o mau e o vilão. Esta abordagem de “vale tudo” coloca um sério risco de *greenwashing* e de provocar danos sociais e ambientais, minando assim os próprios objetivos declarados pela Aliança.

Esta ausência contínua de garantias ambientais e sociais na abordagem proposta pela Aliança levanta dúvidas sobre as questões essenciais da coerência, prestação de contas e o cumprimento de uma abordagem focada nos direitos. Todos estes elementos parecem estar a passar ao lado do atual Documento-Quadro. A forma como foi constituída a Aliança não reflete adequadamente, nem tem em consideração, o papel de outros fóruns de negociações reconhecidos internacionalmente: de facto, ao criar processos paralelos e ao não proporcionar critérios definidos com clareza para a suposta “agricultura inteligente face ao clima”, a Aliança dá margem para a promoção de práticas agrícolas industriais como respostas às alterações climáticas. Estas respostas podem levar à desflorestação, aumentar o uso de fertilizantes sintéticos, intensificar a produção pecuária ou aumentar a vulnerabilidade dos agricultores.

Consequentemente, como iniciativa voluntária com a ambição de envolver o número máximo possível de países e partes interessadas, corre-se o risco de que a Aliança sirva como plataforma para *greenwashing* e influência política, sem apontar claramente padrões para a adaptação e a mitigação, que são vitais para garantir a integridade ambiental.

Para além da falta de garantias ambientais, os padrões de proteção social também parecem ter ficado na sombra, com a Aliança a parecer desenhada como plataforma aberta a qualquer pessoa que queira promover as suas atividades e interesses como “boas práticas” na luta contra o impacto das alterações climáticas na agricultura. Desta forma, através da Aliança, as empresas com um impacto social nefasto sobre os pequenos produtores de alimentos e as comunidades vulneráveis podem promover abordagens que aumentem a dependência dos agricultores aos insumos externos, deixando-os presos a ciclos de dívida e pobreza, e tornando-os assim vulneráveis às consequências negativas das alterações climáticas. Por exemplo, através da promoção de sementes transgênicas, as empresas põem em grave perigo a biodiversidade e a integridade ambiental. Além disso, ao obrigar os países em desenvolvimento a ampliar as suas leis nacionais sobre sementes para permitir que essas empresas possam patentear variedades locais - como aconteceu em vários países, por exemplo, através da Nova Aliança para a Segurança Alimentar e a Nutrição<sup>57</sup> - as empresas estão a comprometer ativamente os direitos dos agricultores a “conservar, utilizar, trocar e vender sementes e outros materiais de propagação conservados nas quintas”.<sup>58</sup> Se não forem introduzidas garantias sociais ou ambientais, existe um risco elevado de que essas abordagens sejam também designadas como “inteligentes face ao clima”.

Felizmente, existem porém muitas ferramentas e oportunidades à nossa disposição para definir garantias ambientais e para alcançar um impacto socioeconômico positivo.

A CIDSE considera que existem vários princípios e passos concretos para orientar as iniciativas que têm como objetivo abordar as crises climática e alimentar. Ainda que o Documento-Quadro da Aliança se refira às convenções internacionais relevantes e legítimas, como a CQNUAC, a CIDSE defende que os conhecimentos científicos proporcionados pelos órgãos científicos intergovernamentais sobre as alterações climáticas devem constituir a base para a ação política.<sup>59</sup> Um primeiro passo para alcançar este objetivo poderia ser garantir que o princípio da precaução - também consagrado no Artigo 3.3 da CQNUAC<sup>60</sup> - oriente os decisores políticos nos processos de negociação de quaisquer medidas relacionadas com as alterações climáticas e a agricultura, particularmente quando a segurança alimentar esteja em risco ou seja ameaçada.<sup>61</sup> Acima de tudo, a CIDSE promove o respeito e o reconhecimento das práticas das populações indígenas e das comunidades locais, sobretudo em relação à biodiversidade e aos conhecimentos tradicionais. Como segundo passo, deve garantir-se a todos o acesso ao conhecimento científico e tecnológico, mas a sua utilização não deve tornar-se um obstáculo ao desenvolvimento sustentável dos países, nem deve interromper os esforços para erradicar a pobreza.

### Problemas de governança da Aliança: as lutas de poder deixam a transparência, a coesão e a legitimidade em segundo plano

As preocupações da CIDSE em relação à governança da Aliança Mundial para uma Agricultura Inteligente Face ao Clima são múltiplas. Em primeiro lugar, com uma falta de clareza sobre os atores envolvidos na Aliança, sobre os critérios de participação dos seus membros, os processos de tomada de decisões e os princípios fundamentais da Aliança, continua por esclarecer exatamente quais as organizações e indivíduos que vão poder ter um papel participativo ativo nos debates e na tomada de decisões, e como é que esta abordagem participativa será posta em prática. Poderão sentar-se à mesa as pessoas ao serviço das quais a Aliança diz estar - aqueles que estão na linha da frente da fome, da pobreza e das catástrofes provocadas pelas alterações climáticas? Se assim for, quais serão exatamente os mecanismos de consulta introduzidos para garantir que estas pessoas não sejam apenas consultadas, mas possam ter um papel ativo e participativo na tomada de decisões? A CIDSE tem sérias dúvidas, uma vez que ainda não foram estabelecidas regras ou mecanismos para a monitorização ou prestação de contas em relação às diferentes ações realizadas pelos membros da Aliança, o que sugere uma abordagem muito *laissez-faire*, em que as potenciais partes interessadas são convidadas a tornarem-se membros da Aliança primeiro, e descobrir exatamente o que implica essa pertença num momento posterior indefinido.

Além disso, ao afirmar que vai “ter em conta e, sempre que for adequado, aproveitar os programas e iniciativas já existentes para evitar a duplicação ou a criação de organizações paralelas”, os membros da Aliança estão a minar a legitimidade dos organismos e espaços políticos estabelecidos, ao deixar ao seu livre critério a escolha dos elementos dos quadros já existentes que considerem adequados, aparentemente sem qualquer mecanismo de prestação de contas a que se devam submeter, abrindo assim as portas à incoerência e fragmentação das políticas relativas à alimentação e às alterações climáticas.

Infelizmente, aumenta a tendência de minimizar o papel e o espaço das instâncias legítimas, como o Comité Mundial de Segurança Alimentar, o que é demonstrado pelo grande número de alianças sobre a alimentação e a agricultura que têm emergido rapidamente nos últimos anos (incluindo, entre outras, a Grow Africa/Asia, a Nova Aliança para a Segurança Alimentar e a Nutrição, e a Aliança Empresarial contra a Fome Crónica).

Existe também o risco de que a Aliança possa minar e ameaçar as negociações multilaterais no âmbito da CQNUAC, ao querer impor uma certa visão da agricultura, acerca da qual ainda não se chegou a um acordo, devido à natureza inerentemente complexa e desafiante dessas negociações. Neste contexto, a CIDSE deseja sublinhar que a CQNUAC foi designada como o fórum no qual “têm de se definir estratégias coerentes sobre as alterações climáticas, tendo em conta as questões da agricultura e da segurança alimentar”.<sup>62</sup>





## Princípios orientadores para iniciativas que abordem as crises climática e alimentar

Uma estratégia chave<sup>63</sup> na luta contra a fome num mundo condicionado pelas alterações climáticas é o recurso a uma abordagem baseada nos direitos, que enfatize a obrigação moral e legal de garantir que todas as pessoas - incluindo as gerações futuras - tenham a capacidade e os recursos para se alimentar com dignidade. Para cumprir esta obrigação, os governos podem criar um “ambiente propício”<sup>64</sup>, que dê aos produtores acesso e controlo sobre os recursos necessários, como a terra, as sementes e a água, para que os produtores possam aceder ao mercado. Os Estados devem esforçar-se por criar esse ambiente propício, respeitando, aderindo e implementando os tratados internacionais relevantes e os princípios orientadores em temas tão diversos como as sementes, a terra, as empresas, a extraterritorialidade, as pescas, a desigualdade de género, a coerência e a biodiversidade, nomeadamente:

- ] O Quadro Estratégico Global para a Segurança Alimentar e a Nutrição<sup>65</sup>
- ] As Diretrizes Voluntárias da FAO sobre o Direito à Alimentação<sup>66</sup>
- ] O Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos<sup>67</sup>
- ] As Diretrizes Voluntárias para uma Gestão Responsável da Posse da Terra, Pescas e Florestas<sup>68</sup>
- ] Os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos<sup>69</sup>
- ] Os Princípios de Maastricht sobre as Obrigações Extraterritoriais dos Estados<sup>70</sup>
- ] As Diretrizes Voluntárias para Garantir uma Pesca Artesanal Sustentável<sup>71</sup>
- ] A Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres<sup>72</sup>

A CIDSE deseja sublinhar que o CMSA<sup>73</sup>, a plataforma internacional e intergovernamental mais inclusiva em matéria de segurança alimentar e nutrição, é o órgão político legítimo para conduzir os esforços internacionais que garantam a coerência e evitem a fragmentação. Ao respeitar o papel do CMSA e do Órgão Subsidiário de Consulta Científica e Técnica da CQNUAC<sup>74</sup>, será possível avançar com os grandes passos dados pelos governos e pela sociedade civil nos últimos anos, no âmbito das políticas internacionais relativas à alimentação e às alterações climáticas, num ambiente coerente, transparente e com prestação de contas.

Além disso, a CIDSE considera que a soberania alimentar - “entendida como um requisito para a democracia nos sistemas alimentares, que implicaria a possibilidade de as comunidades escolherem quais os sistemas alimentares de que queriam depender, bem como a forma de redesenhar esses sistemas”<sup>75</sup> - é uma condição vital para uma transição para sistemas alimentares baseados em direitos, que sejam mais resilientes e sustentáveis (*para mais informação, veja a página 10*), provocando assim uma verdadeira “democracia alimentar” a todos os níveis. Identificaram-se os Conselhos de Política Alimentar<sup>76</sup> como uma forma de desenvolver e fomentar uma participação ampla e transparente, ao mesmo tempo que se aborda o sistema alimentar no seu todo, reunindo as diversas partes envolvidas. Embora eles assumam formas diversas e sirvam uma grande variedade de objetivos, todos estes conselhos procuram “identificar e propor soluções inovadoras para melhorar os sistemas alimentares locais ou nacionais, estimulando o desenvolvimento económico local e tornando os sistemas alimentares mais ambientalmente sustentáveis e socialmente justos”<sup>77</sup>.

Para acompanhar esta mudança, a investigação deve rejuvenescer. A CIDSE estima que os seguintes organismos, funcionando de forma independente, baseada em provas, consultativa e transparente, oferece uma orientação científica e tecnológica que deve ser seguida:

- ] Alimentação e agricultura: o Painel de Peritos de Alto Nível em Segurança Alimentar e Nutrição (HLPE, na sigla em inglês)<sup>78</sup>, a Avaliação Internacional do Papel do Conhecimento, da Ciência e da Tecnologia no Desenvolvimento Agrícola (IAASTD)<sup>79</sup>, bem como o Painel Internacional de Peritos em Sistemas Alimentares Sustentáveis (IPES-Food), atualmente a ser criado
- ] Alterações climáticas: o Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas (IPCC)<sup>80</sup>
- ] Biodiversidade: a Plataforma Intergovernamental para a Biodiversidade e os Serviços dos Ecossistemas (IPBES)<sup>81</sup>

Tudo isto revela uma tendência crescente entre os Estados e outras partes interessadas para criar novas estruturas que carecem de transparência e democracia (como os Acordos de Livre Comércio e alianças semelhantes com intenções pouco claras) quando a evolução das negociações nas estruturas mundiais existentes parecem titubeantes. Um fio condutor sempre presente nestas alianças é a incapacidade reiterada de colocar no centro das negociações e decisões políticas aqueles que são mais afetados pelas políticas relativas à alimentação e às alterações climáticas - ou seja, os pequenos produtores de alimentos e os consumidores. A CIDSE acredita que esta abordagem equivocada e até perigosa se reflete na maneira como o nosso sistema alimentar funciona atualmente, representando um grande motivo de alarme.

### Financiamento e investimento demasiado escassos

A crítica à Aliança Mundial para uma Agricultura Inteligente Face ao Clima não respeita apenas à sua estrutura de gestão, mas também ao risco real de que a Aliança conduza a um investimento contraproducente, que resulte potencialmente em impactos negativos totalmente contrários aos seus objetivos declarados. Uma análise geral a alguns dos objetivos da Aliança, tal como são apresentados no Documento-Quadro, indica que o financiamento e o investimento, bem como o “ambiente propício” associado, são prioridades na agenda da Aliança. No entanto, a CIDSE prevê uma grande variedade de riscos nestas áreas, nomeadamente:

**] O risco de fomentar, por um lado, uma abordagem baseada no mercado sobre a conexão entre agricultura e alterações climáticas e, por outro, o financiamento de projetos de “agricultura inteligente face ao clima” através de programas de compensação de emissões de carbono.** Esses riscos poderiam impulsionar a financialização da dinâmica dos recursos naturais, que exerceria uma pressão indevida sobre as populações locais no acesso a esses recursos, e desviando para a quantificação das emissões de GEE no solo alguns fundos que seriam muito necessários para a agricultura sustentável de pequena escala. Ao incluir e apoiar iniciativas que se centrem no potencial de captura da terra, a Aliança corre o risco de reforçar o fenómeno crescente de açambarcamento de terra. Especial motivo

de preocupação é o facto de que a maioria desses acordos realizam-se em países em que mais de 10 por cento da população padece de fome, e ainda assim as colheitas das terras açambarcadas são frequentemente exportadas ou utilizadas para produzir biocombustíveis. Um estudo publicado por Rulli e D’Odorico (2014)<sup>82</sup> estima que “se estes alimentos fossem destinados à população local, isso seria suficiente para acabar com a subnutrição nesses países, mesmo sem investir para aumentar as colheitas”.<sup>83</sup> Também é importante sublinhar que “nesses países em desenvolvimento sobre os quais temos informação, entre 10 e 20 por cento dos proprietários de terra são mulheres”.<sup>84</sup> Além disso, a financialização da terra ameaça expor estes proprietários de terra a riscos maiores do que aqueles que já enfrentam, para além de aumentar as desigualdades de género;

**] O risco de criar condicionalidades** e de reformular as políticas nacionais para alcançar um ambiente “melhor” para as empresas, facilitando-lhes o acesso aos recursos para investimentos estrangeiros diretos. Como mostra o seu desejo de se focar na ação, a Aliança também vai trabalhar na “integração de uma agricultura inteligente face ao clima na política” e no “estabelecimento de políticas que fomentem práticas responsáveis e o investimento ao longo da cadeia de valor”<sup>85</sup>, o que, por sua vez, levanta dúvidas sobre a promessa feita pela Aliança de respeitar as instâncias e espaços reconhecidos já existentes. Isto poderia também conduzir à reintrodução da condicionalidade, como aconteceu no caso da Nova Aliança para a Segurança Alimentar e a Nutrição<sup>86</sup>;

**] O risco de promover e apoiar iniciativas privadas que coloquem o interesse pelo lucro acima dos resultados equitativos a nível ambiental e social.** Nos últimos anos, têm aumentado as iniciativas dirigidas a atores do setor privado, cujo enfoque principal é o investimento em nome do desenvolvimento. Na experiência da CIDSE, esses esforços geralmente não apoiam os pequenos produtores de alimentos de uma forma sustentável e holística: “apesar da atenção recente dada ao investimento estrangeiro direto e à ajuda oficial ao desenvolvimento, e apesar dos ambientes pouco propícios que muitos agricultores enfrentam, o investimento nas explorações por parte dos próprios agricultores é muito



maior do que essas fontes de investimento, e também excede significativamente o investimento feito pelos governos. O investimento próprio no capital social agrícola é mais de três vezes maior do que as restantes fontes de investimento somadas”.<sup>87</sup> Estas práticas tendem a deixar de lado os pequenos produtores, frequentemente tidos como beneficiários simples, incompetentes e ineficientes que trabalham “fora do mercado”. Tipicamente, a perspectiva destas iniciativas é que os pequenos produtores de alimentos só se podem beneficiar através de (i) investimentos de grande escala que apoiem a sua integração nas cadeias de valor mundiais e (ii) o desenvolvimento do modelo de supermercado.<sup>88</sup> Ambas as facetas - provenham de investidores estrangeiros ou nacionais - são geralmente vistas como autênticos motores de desenvolvimento inclusivo, de crescimento e da modernização, ignorando, portanto, um vasto conjunto de alternativas que poderiam apoiar e fomentar realmente o investimento próprio dos produtores de alimentos.

Da mesma forma que a “agricultura inteligente face ao clima” não faz a distinção entre as práticas agrícolas que são sustentáveis e as que não são, a Aliança também não identifica quais os investimentos que são “inteligentes face ao clima” e os que não são.<sup>89</sup>

A CIDSE considera que esta tendência traz muitos riscos, entre os quais: uma maior concentração nos sistemas alimentares, o aumento da dependência de insumos externos e de importações/exportações, um maior potencial de açambarcamento e concentração de terra, bem como a possibilidade de eliminar completamente do setor agrícola os pequenos produtores, como consequência da promoção da agricultura de grande escala. Além disso, embora as infraestruturas desempenhem um papel importante no momento de assegurar e apoiar os investimentos próprios dos agricultores, bem como os investimentos destinados ao desenvolvimento e ao reforço dos sistemas alimentares locais e regionais, as alianças internacionais relacionadas com a alimentação e a agricultura canalizam cada vez mais investimento para as infraestruturas, através de modelos herdados da época colonial, que relacionam as áreas rurais férteis (o objetivo principal dos investimentos de grande escala) com os mercados mundiais, através dos portos. Esta abordagem facilita tanto a extração de recursos naturais como a propagação dos “insumos agrícolas, como os fertilizantes e pesticidas químicos, expandindo o mercado da agroindústria de insumos (...) em vez de construir infraestruturas para melhorar a ligação entre produtores e as populações locais”.<sup>90</sup> Essas práticas não sustentáveis nem resilientes.

## Princípios orientadores para iniciativas que abordem as crises climática e alimentar

Existem muitas alternativas às estratégias inadequadas da Aliança em relação ao financiamento e ao investimento relativos às alterações climáticas e à agricultura, como abaixo assinalamos:

- ] Em primeiro lugar, como sublinham as Diretrizes Voluntárias da FAO para uma Gestão Responsável da Posse da Terra, Pescas e Florestas no Contexto da Segurança Alimentar Nacional, os Estados devem apoiar os investimentos próprios por parte dos pequenos agricultores, bem como o investimento público e privado destinado aos pequenos produtores;
- ] A CIDSE acredita que o setor público desempenha um papel importante para favorecer e maximizar o investimento próprio dos pequenos agricultores através da proporção direta, independente e gratuita de informação e educação sobre a agrometeorologia, a agrotecnologia, os direitos aos recursos naturais e à gestão, a investigação sobre o desenvolvimento, o desenvolvimento de infraestruturas, a provisão de bens públicos, o apoio à negociação coletiva e ao acesso ao crédito, um acesso seguro à terra e a outros recursos, e o desenvolvimento de sistemas de segurança social, entre outros fatores;
- ] Além disso, o desenvolvimento e o aumento das práticas agroecológicas deve ser apoiado pelo setor público, uma vez que a agroecologia é “intensiva em conhecimentos”. Isto é da máxima importância, dado que as “empresas privadas não vão investir tempo e dinheiro em práticas que não possam ser recompensadas por patentes e que não abram mercados para produtos químicos ou sementes melhoradas”;<sup>91</sup>
- ] O setor privado inclui uma grande variedade de atores, com diversos interesses que nem sempre coincidem com a erradicação da pobreza e a segurança alimentar. Como tal, as políticas públicas devem acompanhar e regular estes investimentos, de tal forma que reforcem os sistemas de produção com pequenos agricultores mais resilientes e sustentáveis;
- ] As políticas públicas também podem “ajudar a reforçar os sistemas alimentares locais, bem como abrir ‘novos mercados’ para os pequenos produtores de alimentos que ofereçam preços estáveis e remunerativos, por exemplo, através da contratação pública”.<sup>92</sup> Desenvolver diretórios de comercialização de produtos agrícolas, a investigação agrícola, os bancos de desenvolvimento agrícola ou os bancos comunitários, de fundos locais ou capital regulatório, são também áreas que poderiam ser abordadas pelos investimentos e políticas do setor público;
- ] Deve ser dada prioridade ao investimento no desenvolvimento de sistemas alimentares locais (reduzindo a distância que os alimentos têm de percorrer e, portanto, aumentando a sua qualidade nutricional, bem como reduzindo o desperdício e a energia necessária, aumentando assim a resiliência das cidades). De igual modo, deve dar-se prioridade ao transporte ferroviário e marítimo, bem como ao investimento em instalações locais de tratamento (como, por exemplo, os polos alimentares e os matadouros móveis);
- ] Deve corrigir-se a importância excessiva dada ao aumento da produtividade agrícola, através da agroindústria, e redirecionar a atenção para a área da adaptação às alterações climáticas, que tem uma grave carência de recursos. Com este fim, deve ser priorizado o financiamento público novo e adicional (para além da AOD) para a luta contra as alterações climáticas;
- ] Além disso, devem impulsionar-se os marcos da CQNUAC, como o Programa de Trabalho de Nairobi do OSACT<sup>93</sup> e o Programa de Trabalho sobre Perdas e Danos<sup>94</sup>, através de uma vontade política renovada e do apoio financeiro necessário;
- ] O financiamento da luta contra as alterações climáticas deve conseguir resultados através de um financiamento maior das necessidades de adaptação dos países em desenvolvimento e do acesso direto aos fundos da CQNUAC, como o Fundo de Adaptação e o Fundo contra as Alterações Climáticas. Este último está atualmente com fundos muito insuficientes, e centrado no documento dirigido ao setor privado com o objetivo de aumentar o papel deste setor e das empresas que o compõem;
- ] Desenvolver garantias fortes para assegurar o direito à alimentação no quadro do Fundo Contra as Alterações Climáticas e de outros fundos sob o auspício da QDUNCC.



## Conclusão

Dada a escala sem precedentes das crises alimentar e climática, e os seus impactos devastadores sobre as comunidades vulneráveis de todo o mundo, a CIDSE congratula-se pela grande atenção internacional que finalmente é dada à agricultura num mundo condicionado pelas alterações climáticas, uma área ignorada durante muito tempo. No entanto, a CIDSE receia que a definição vaga de “agricultura inteligente face ao clima” que é atualmente usada pela comunidade internacional, bem como o amplo marketing político relacionado com este conceito vazio e a falta de transparência na governança da Aliança que o apoia, acabe por conduzir ao *greenwashing* de modelos de produção agrícola indesejados, como a monocultura industrial de combustíveis e energia, ou modelos de produção poluentes com uso intensivo de pesticidas. A CIDSE acredita que esta tendência preocupante está a ser promovida pela Aliança Mundial por uma Agricultura Inteligente Face ao Clima.

A análise da Aliança feita pela CIDSE conclui que ela sofre da falta de: i) um desenvolvimento claro do conceito de “agricultura inteligente face ao clima” e das práticas e modelos agrícolas que engloba; ii) critérios relativos ao envolvimento das partes interessadas na Aliança; e iii) uma identificação clara e transparente dos investimentos “inteligentes face ao clima”. Também temos a sensação de que a Aliança se inscreve na tendência de minimizar o papel e o espaço das instâncias legítimas, como o CMSA, além de minar as negociações multilaterais no âmbito da CQNUAC. Estas fraquezas críticas parecem indicar que, em vez de contribuir para uma agricultura mais sustentável a nível social e ambiental, a Aliança, na sua forma atual, pode pôr em risco a segurança alimentar, a sustentabilidade e a resiliência, ao mesmo tempo que abre a porta aos Estados, investidores e empresas da agroindústria para que mascarem as suas abordagens tradicionais com soluções fracas, superficiais e, em última análise, falsas.

Como destacámos no presente documento, existe um grande número de políticas, quadros, diretrizes, modelos e alternativas válidas para acabar com a fome face às alterações climáticas que já presenciamos. No entanto, falta a aplicação a nível mundial. Essa é a ação necessária. Portanto, apelamos aos responsáveis políticos em matéria de alterações climáticas e agricultura que reorientem com urgência a sua atenção para as oportunidades genuínas que se apresentam para construir sistemas alimentares verdadeiramente sustentáveis e resilientes, sistemas esses que, ao colocarem o direito à alimentação como objetivo máximo, podem estar ao serviço das comunidades mais pobres e vulneráveis do mundo, dando um contributo significativo na luta contra a pobreza mundial, a fome, a injustiça e a degradação ambiental.



# Referências

Para acessar a estes recursos, clique por favor nas ligações inseridas e disponíveis na versão online deste documento. Ver [www.cidse.org/resources](http://www.cidse.org/resources).

- <sup>1</sup> FAO, FIDA e PMA, O Estado da Insegurança Alimentar no Mundo, Resumo, 2014.
- <sup>2</sup> IPCC, Grupo de trabalho 2, 5º Relatório, Capítulo 7. Só disponível em inglês no momento da publicação deste documento: Food Security and Food Production Systems, 2014.
- <sup>3</sup> FAO, Agricultura Climaticamente Inteligente. Texto em espanhol.
- <sup>4</sup> Road Map for the Alliance on Climate-Smart Agriculture, 2013.
- <sup>5</sup> Neufeldt et al., Beyond climate-smart agriculture: toward safe operating spaces for global food systems, Agriculture & Food Security, 2013.
- <sup>6</sup> Altieri, M. A., and Nicholls, C.I., Agroecology Scaling Up for Food Sovereignty and Resiliency, 2012, p.1.
- <sup>7</sup> Altieri, M. A., Agroecology, Small Farms, and Food Sovereignty, 2009.
- <sup>8</sup> FAO, Climate-Smart Agriculture sourcebook, 2013; FAO, Four Keys Areas of Sustainable Crop Production Intensification (SCPI), 2014.
- <sup>9</sup> CIDSE, IUF, La Vía Campesina, FIAN International, Using the Global Strategic Framework for Food Security and Nutrition to Promote and Defend the People's Right to Adequate Food, 2013, p. 28. Texto em inglês, espanhol e francês.
- <sup>10</sup> Até ao momento, os projetos agroecológicos tiveram um aumento de 80 por cento na produção média em 57 países em desenvolvimento, com um aumento médio de 116 por cento em todos os projetos africanos (...). Projetos recentes realizados em 20 países africanos mostraram uma duplicação nas colheitas num período de 3 a 10 anos. ONU CDH, Relatório do Relator Especial sobre o Direito à Alimentação, Olivier De Schutter, 2010.
- <sup>11</sup> Ibid.
- <sup>12</sup> Ibid.
- <sup>13</sup> Uma exploração agrícola grande pode produzir mais milho por hectare do que uma pequena exploração onde se cultive milho, como parte de uma policultura que também inclua feijão, abóbora, batata e forragem. No entanto, a produtividade de uma zona unitária de policultura numa pequena exploração, em termos de produtos para colheita, é mais elevada que a de uma monocultura que tenha o mesmo nível de gestão. Os ganhos de rendimento podem oscilar entre os 20 e os 60 por cento, porque as policulturas reduzem as perdas provocadas por ervas daninhas (...), insetos e doenças (...) e usam de forma mais eficaz os recursos disponíveis, como a água, a luz e os nutrientes. Altieri, M. A., Op. Cit., 2009.
- <sup>14</sup> Altieri, M. A., Applying Agroecology to enhance the Productivity of Peasant Farming Systems in Latin America, 2000, p. 198.
- <sup>15</sup> FAO, Op. Cit., 2013.
- <sup>16</sup> Global Alliance for Climate-Smart Agriculture: Framework Document, 2014.
- <sup>17</sup> Schlup M., Demystifying climate-smart agriculture: A private sector perspective, 2012; Climate-Smart Approaches Key for Sustainable Development; Implementing Climate Smart Agriculture: the Philippine adaptation and mitigation initiative for agriculture, 2013.
- <sup>18</sup> IAASTD, Agriculture at a Crossroads, Synthesis Report, 2009.
- <sup>19</sup> IPCC, Grupo de trabalho 3, 4º Relatório, Capítulo 8: Agricultura, 2007.
- <sup>20</sup> IPCC, 4º Relatório de Avaliação no Banco Mundial, Climate-smart agriculture: a call to action, 2007.
- <sup>21</sup> Garnett, T., Where are the best opportunities for reducing greenhouse gas emissions in the food system (including the food chain)?, 2010, p. S28.
- <sup>22</sup> CCAFS, Supply Chain Emissions, 2011.
- <sup>23</sup> Lin, B. B., et al., Effects of industrial agriculture on climate change and the mitigation potential of small-scale agroecological farms, 2011, p. 2.
- <sup>24</sup> Garnett, Op.Cit., 2010.
- <sup>25</sup> GRAIN, The Climate Crisis is a Food Crisis. Small Farmers can cool the Planet. A way out of the mayhem caused by the Industrial Food System, 2009, p. 50, em Oxfam-Solidarity, Scaling-Up Agroecological Approaches: What, Why and How?, 2014, p. 29.
- <sup>26</sup> FAO, Op.Cit., 2013.
- <sup>27</sup> FAO, Op.Cit., 2013.



- <sup>28</sup> FIDA, Relatório sobre a Pobreza Rural, 2010, em Oxfam-Solidarity, Scaling-Up Agroecological Approaches: What, Why and How?, 2014, p. 29.
- <sup>29</sup> MISEREOR, Climate Smart Solution at Stake: Biochar, 2012.
- <sup>30</sup> Embora o plantio direto possa ser, potencialmente, uma estratégia eficaz para a adaptação às alterações climáticas, ao aumentar, nalguns casos, a resiliência dos agricultores face a essas alterações, o seu contributo para a mitigação não tem base científica. Como o plantio direto é praticado muitas vezes numa agricultura com um grau muito elevado de insumos externos, não se sabe até que ponto os pequenos agricultores podem beneficiar dele. MISEREOR, Climate Smart Agriculture at Stake: No-till Agriculture, 2012.
- <sup>31</sup> IPCC, Grupo de trabalho 3, 4º Relatório de Avaliação, Op. Cit., 2007.
- <sup>32</sup> Müller, A. et al., Mitigating Greenhouse Gases in Agriculture, a challenge and opportunity for food policies, 2011.
- <sup>33</sup> Ibid.
- <sup>34</sup> Uma das brochuras sobre a “agricultura inteligente face ao clima”, desenvolvida pelo Banco Mundial, apresenta um projeto em que o Fundo do Biocarbono foi usado para adquirir créditos de carbono.
- <sup>35</sup> CIDSE, Agricultura: do Problema à Solução. Garantir o Direito à Alimentação num Mundo Condicionado pelo Clima, 2012.
- <sup>36</sup> Para mais informação, veja CIDSE, Agricultura: do Problema a Solução. Garantir o Direito à Alimentação num Mundo Condicionado pelo Clima, 2012.
- <sup>37</sup> Garnett, T., Where are the best opportunities for reducing greenhouse gas emissions in the food system (including the food chain)?, 2010, p. S28.
- <sup>38</sup> Brenda B. Lin et al, Effects of industrial agriculture on climate change and the mitigation potential of small-scale agro-ecological farms, 2011.
- <sup>39</sup> O motor principal da desflorestação é a expansão das plantações industriais para a cultura de produtos como a soja, o açúcar de cana, o óleo de palma, o milho e a colza. Desde 1990, a área destinada ao cultivo destes cinco produtos aumentou 38 por cento, enquanto diminuía a quantidade de terra destinada ao cultivo de alimentos básicos, como o arroz e o trigo”. GRAIN, Food and climate change: the forgotten link, 2011.
- <sup>40</sup> CIDSE, Op. Cit., 2012, p. 9.
- <sup>41</sup> World Development Movement, Carving Up a Continent: How the UK government is facilitating the corporate takeover of African food systems, 2014.
- <sup>42</sup> Na teoria económica, a situação em que quatro empresas representam mais de metade de um determinado mercado é considerada indicativa de que esse mercado não é livre nem saudável. Este limite foi ultrapassado no caso das sementes, dos produtos agroquímicos, dos produtos farmacêuticos veterinários e nos setores de investigação em carne de aves, suínos e bovinos, em Ibid, p. 42.
- <sup>43</sup> Transnational Institute, Reclaiming Agricultural Investment: Towards Public-Peasant Investment Synergies, 2014, p.7.
- <sup>44</sup> De Schutter, Olivier, Relator Especial para o Direito à Alimentação, Relatório final: o potencial transformador do Direito à Alimentação, 2014, p.8. Texto em espanhol.
- <sup>45</sup> MISEREOR, Agriculture and Trade after the Peak Oil, 2011.
- <sup>46</sup> Ibid, p. 12
- <sup>47</sup> Sustainable.org, Fossil fuel and energy use, 2009; Entraide et Fraternité, Soutenir et (re)construire des systèmes alimentaires localisés: les contours d’une (re)localisation, 2013; PNUMA, The end to cheap oil: a threat to food security and an incentive to reduce fossil fuels in agriculture, 2012.
- <sup>48</sup> World Energy Outlook, AIE, 2010, em Entraide et Fraternité, Op. Cit., 2013.
- <sup>49</sup> World Energy Outlook, AIE em UNEP, Op. Cit., 2012.
- <sup>50</sup> CCFD-Terre Solidaire, Gouvernance et responsabilité: propositions pour un développement humain et solidaire, 2011.
- <sup>51</sup> IIED, Fair and Sustainable Food Systems: from vicious cycles to virtuous circles, 2012, p. 1.
- <sup>52</sup> MISEREOR, Op. Cit., 2011, p. 11.
- <sup>53</sup> Um sistema alimentar ideal é um sistema alimentar que produz, transforma, distribui e adquire o máximo de alimentos possível na região, em diferentes níveis e escalas, para responder às necessidades alimentares da população e maximizar assim a resiliência, minimizar as importações e gerar resultados económicos e sociais para todas as partes interessadas na região. Isto é conhecido como “autonomia”, opondo-se à “autossuficiência”, na qual tudo o que se consome é produzido dentro da área em questão. AAEA, Is Local Food Enough? Some Arguments for Regional Food Systems, 2010.

- <sup>54</sup> Aqui, regional significa um espaço multiestatal, seja ou não uma organização política.
- <sup>55</sup> De Schutter, Olivier, Relator Especial para o Direito à Alimentação, Mayor capacidad de respuesta: un marco de derechos humanos para la seguridad alimentaria y nutricional mundial, 2008. Texto em espanhol.
- <sup>56</sup> Por exemplo, alguns defendem as culturas resistentes aos herbicidas e às pragas como soluções climaticamente inteligentes para aumentar a resiliência dos nossos sistemas alimentares, CTA, CGIAR – CCAFS, 2013.
- <sup>57</sup> Feed the Future, The New Alliance for Food Security and Nutrition, 2014.
- <sup>58</sup> FAO, Tratado Internacional sobre os Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura, 2009.
- <sup>59</sup> CIDSE, Op. Cit., 2012.
- <sup>60</sup> CQNUAC, Artigo 3.3, 1992.
- <sup>61</sup> CIDSE, Op. Cit, 2012.
- <sup>62</sup> CCD/C2A, Global Alliance for Climate-Smart Agriculture: A fool's bargain? 2014.
- <sup>63</sup> “Podemos superar os problemas de realizar uma ação coletiva relativa às alterações climáticas se tratarmos a extração mineira, a desflorestação, a degradação dos oceanos, entre outros, como violações dos direitos humanos... Em resumo, [os governos] devem adotar estratégias plurianuais para o cumprimento dos direitos humanos e aumentar o custo político de não atuar com suficiente celeridade.” De Schutter, Olivier, 2012.
- <sup>64</sup> De Schutter, Olivier.
- <sup>65</sup> FAO, CMSA, Estratégia Mundial para a Segurança Alimentar e a Nutrição, 2013. Texto em espanhol.
- <sup>66</sup> FAO, Diretrizes voluntárias para apoiar a realização progressiva do direito à alimentação adequada, no contexto da segurança alimentar nacional, 2004.
- <sup>67</sup> FAO, Tratado Internacional sobre os Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura, 2009.
- <sup>68</sup> FAO, CMSA, Diretrizes Voluntárias para uma Gestão Responsável da Posse da Terra, Pescas e Florestas, 2012.
- <sup>69</sup> ONU Direitos Humanos, Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos, 2011.
- <sup>70</sup> ETOs, Princípios de Maastricht sobre as Obrigações Extraterritoriais dos Estados na Área dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais, 2013.
- <sup>71</sup> FAO, Diretrizes Voluntárias para Garantir uma Pesca Artesanal Sustentável no Contexto da Segurança Alimentar e da Erradicação da Pobreza, 2014.
- <sup>72</sup> ONU Mulheres, Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres, 1979; atenção sobretudo ao Artigo 14 sobre mulheres rurais.
- <sup>73</sup> FAO, CMSA. Texto em espanhol.
- <sup>74</sup> A consideração das questões agrícolas na CQNUAC recai sobre o Órgão Subsidiário de Assessoria Científica e Tecnológica (OSACT). Durante a COP17 em Durban, as Partes decidiram dar um mandato ao OSACT para que examinasse questões relativas à agricultura no contexto das “abordagens setoriais cooperativas e ações setoriais específicas, para aumentar a aplicação do Artigo 4, parágrafo 1(c) da Convenção”; CQNUAC. As missões de outros mecanismos dos Protocolo de Quioto podem contribuir para alcançar uma agricultura equitativa, sustentável, resiliente face às alterações climáticas, que garanta a segurança alimentar.
- <sup>75</sup> De Schutter, Olivier, Relator Especial sobre o Direito à Alimentação, Relatório final: O potencial transformador do direito à alimentação, 2014, p.20. Texto em espanhol.
- <sup>76</sup> “Um conselho de política alimentar oferece um fórum único para reunir as diversas partes interessadas, com o objetivo de abordar preocupações comuns relativas às políticas alimentares, incluindo temas como a segurança alimentar, políticas das explorações agrícolas, regulações alimentares, impactos sobre o ambiente, saúde e nutrição. Entre as partes interessadas, figura normalmente uma grande variedade de atores, como os agricultores, os responsáveis municipais e estaduais, organizações não-governamentais, cozinheiros, representantes do setor da distribuição, defensores da justiça alimentar, educadores, profissionais de saúde e cidadãos comprometidos. (...) Os conselhos de política alimentar surgiram como mecanismos inovadores e bem necessários para identificar e defender uma mudança nos sistemas alimentares”. The Havard law school, food law and policy clinic, Putting local food policy to work for our communities, 2012.



## A “agricultura inteligente face ao clima”: um caminho ou uma oportunidade perdida?

- <sup>77</sup> Food First, Food Policy Councils: Lessons learned, 2009.
- <sup>78</sup> FAO - CFS, HLPE.
- <sup>79</sup> IAASTD, Agriculture at a Crossroads, Synthesis Report, 2009.
- <sup>80</sup> IPCC.
- <sup>81</sup> IBPES.
- <sup>82</sup> Rulli and D’Odorico, Food appropriation through large scale land acquisitions, 2014.
- <sup>83</sup> The Guardian, Land Taken Over by Foreign Investor could feed 550m people, study finds, 2014.
- <sup>84</sup> CIDSE, IUF, La Vía Campesina, FIAN International, Op. Cit, 2013, p.22.
- <sup>85</sup> Global Alliance for Climate-Smart Agriculture: Framework Document, 2014.
- <sup>86</sup> CIDSE, Whose Alliance? The G8 and the emergence of a global corporate regime for agriculture, 2013.
- <sup>87</sup> FAO, The State of Food and Agriculture: investing in agriculture for a better future, 2012.
- <sup>88</sup> Transnational Institute, Reclaiming Agricultural Investment: Towards Public-Peasant Investment Synergies, 2014, p.7.
- <sup>89</sup> A CIDSE já abordou esta questão numa publicação recente dedicada ao setor agroalimentar e aos direitos humanos, 2013. Ver também Transnational Institute, Reclaiming Agricultural Investment: Towards Public-Peasant Investment Synergies, 2014.
- <sup>90</sup> World Development Movement, Carving Up a Continent: How the UK government is facilitating the corporate takeover of African food systems, 2014.
- <sup>91</sup> De Schutter, Olivier, Relator Especial para o Direito à Alimentação, Eco-Farming can double food production in 10 Years, says new UN report.
- <sup>92</sup> Transnational Institute, Reclaiming Agricultural Investment: Towards Public-Peasant Investment Synergies, 2014, p.7.
- <sup>93</sup> Programa de trabalho de Nairobi sobre impactos, vulnerabilidade e adaptação às alterações climáticas, texto completo em inglês. Resumo em espanhol.
- <sup>94</sup> Abordagens para fazer face à perda e aos danos associados ao impacto das alterações climáticas nos países em desenvolvimento que são particularmente vulneráveis aos efeitos adversos das alterações climáticas.







## Membros da CIDSE



Áustria



Bélgica



Bélgica



Canadá



Inglaterra e  
País de Gales



França



Alemanha



Irlanda



Itália



Luxemburgo



Holanda



Portugal



Eslováquia



Escócia



Espanha



FASTENOPFER

Suiça



Estados Unidos

} A CIDSE é uma aliança internacional de organizações católicas para o desenvolvimento. Os seus membros partilham uma estratégia comum para erradicar a pobreza e instaurar a justiça no mundo. A advocacia da CIDSE cobre os seguintes domínios: governação global; recursos para o desenvolvimento; justiça climática; alimentação, agricultura e comércio sustentáveis; empresas e direitos humanos.